



# FUNCIÓNÁRIOS DA VERDADE

PROFISSIONALISMO  
E RESPONSABILIDADE SOCIAL  
DOS JORNALISTAS  
DO SERVIÇO PÚBLICO  
DE TELEVISÃO

Diana Andringa

Prefácio de João Teixeira Lopes

LISBOA:  
TINTA-DA-CHINA  
MMXIV

# ÍNDICE

© 2014, Diana Andringa  
e Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua Francisco Ferrer, 6A  
1500-461 Lisboa  
Tels.: 21 726 90 28 / 29  
info@tintadachina.pt  
  
www.tintadachina.pt  
  
Título: *Funcionários da Verdade.*  
*Profissionalismo e responsabilidade social*  
*no serviço público de televisão*  
Autora: Diana Andringa  
Prefácio: João Teixeira Lopes  
Revisão: Tinta-da-china  
Composição: Tinta-da-china  
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)  
  
1.ª edição: Setembro de 2014  
  
isbn: 978-989-671-227-3  
Depósito Legal n.º 380303/14

|  |           |
|--|-----------|
| PREFÁCIO (por João Teixeira Lopes).....                          | 9         |
| APRESENTAÇÃO .....   | 11        |
| Pensar sobre o vivido.....                                       | 26        |
| Razões para um título.....                                       | 32        |
| Agradecimentos.....  | 40        |
| <b>A SOMBRA DO PASSADO ESTENDE-SE SOBRE OS NOSSOS DIAS .....</b> | <b>43</b> |
| Censura e manipulação .....                                      | 45        |
| O dia em que passámos da Censura à Liberdade.....                | 50        |
| As dores de crescimento do jornalismo português.....             | 52        |
| Da ideologia ao mercado.....                                     | 58        |
| <b>CLARIFICAÇÃO DE CONCEITOS .....</b>                           | <b>69</b> |
| Profissionalismo .....   | 71        |
| Responsabilidade Social.....                                     | 77        |
| Televisão.....   | 85        |
| Serviço público de televisão.....                                | 88        |
| Constrangimentos.....  | 90        |

|   |     |
|---|-----|
| <b>NO TERRENO</b> .....   | 103 |
| A presença de um observador<br>causa estranheza numa sala .....                               | 105 |
| Estranhando o familiar .....  | 107 |
| O mundo no ecrã do computador .....   | 118 |
| Produtividade, a imperiosa palavra de ordem .....   | 120 |
| Audiências, o grande «leitmotiv» .....  | 124 |
| A informação contínua da RTPN .....   | 127 |
| Reuniões de alinhamento:<br>um mero enumerar de peças disponíveis .....                       | 128 |
| Conversas informais .....   | 166 |
| <br>  |     |
| <b>REPRESENTAÇÕES DA PROFISSÃO</b> .....  | 181 |
| No meio profissional (questionários) .....  | 183 |
| No público (o correio do provedor) .....  | 240 |
| <br>  |     |
| <b>TRÊS CASOS PARADIGMÁTICOS</b> .....  | 265 |
| O referendo sobre a interrupção<br>voluntária da gravidez (Janeiro a Fevereiro de 2007) ..... | 270 |
| As horas de Subtil (4 de Janeiro de 2001) .....   | 311 |
| O pseudo-arrastão de Carcavelos<br>(10 de Junho de 2005) .....                                | 319 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>DO ACONTECIMENTO AO PSEUDO-ACONTECIMENTO:<br/>ESTRATÉGIAS DE MEDIATIZAÇÃO</b> ..... | 329 |
| A entrada em cena das relações públicas .....  | 332 |
| Acontecimentos e pseudo-acontecimentos .....   | 341 |
| A construção da narrativa mediática .....  | 348 |
| <br>   |     |
| <b>CONCLUSÕES</b> .....  | 355 |
| <br>   |     |
| Notas .....  | 371 |
| Bibliografia .....   | 381 |

# PREFÁCIO

## NO PRINCÍPIO E NO FIM ESTÁ A PERGUNTA: UM CRUZAMENTO FELIZ ENTRE JORNALISMO E SOCIOLOGIA

Ninguém procure neste livro um tratado de neutralidade axiológica sobre o jornalismo em torre de marfim. Mas que ninguém encontre nele qualquer argumento para vilipendiar o exercício vigilante e íntegro de uma profissão constitutiva das democracias exigentes.

Diana Andringa não faz uma tábua rasa das memórias e dos contextos. Pelo contrário, mobiliza-os com farto proveito. Das primeiras retira balanços sucessivos do que pode ser o «pensar sobre o vivido», uma espécie de interiorização de rotinas basilares de indagação, confronto de fontes, pesquisa e abertura à diversidade de pontos de vista. O que, é bom lembrar, exige um afã constante e uma perseverança metódica e à prova de bala. Os segundos (contextos), remetem-nos para a média duração, na integração histórica das formas de relação entre o Estado e os *media*, desde a ditadura até aos dias de hoje, mas também através dos enquadramentos organizacionais, que tanto nos elucidam sobre as relações de poder nas redacções, as hierarquias e as funções, as «culturas de empresa», os recursos disponíveis e as metamorfoses, duras ou brandas, de hétero e autocensura.

Impõem-se algumas ilações. O clima de competição desenfreada entre grandes corporações de *media*, com tradução hiperbólica nos canais de televisão, leva, tantas vezes, à precipitação,

à irresponsabilidade, à cedência fácil à lógica do espectáculo e da preguiça intelectual, tão benéfica aos poderes instalados. É que abdicar de pensar, de questionar as verdades oficiais, de perscrutar além das fachadas primeiras da realidade, de manter vivo o sentido crítico e a arguta observação, torna-se o maior presente que as instâncias de controlo poderiam receber. A sua hegemonia será tão mais eficaz quanto menos tiverem de agir directamente e sob holofotes. A suavidade crescente dos meios de dominação caminha a par e passo com a docilidade que em algumas subculturas profissionais se vai instalando, alimentando-se, alegremente, da própria inconsciência da submissão e da demissão.

Por isso, aprendemos com a autora que o pluralismo não significa abdicar de uma visão sobre o mundo, num qualquer simulacro positivista de neutralidade, até porque esta, quase sempre, dorme no remanso da cumplicidade. Antes exige, convém repeti-lo, abertura à diversidade, exame rigoroso dos factos, investigação laboriosa. Ora, entramos aqui nos antípodas da inspiração fácil e repentista. O método jornalístico obriga ao repisar reflexivo dos passos que fazem o caminho da «verdade». Esta é amiúde aborrecida e nem sempre conduz a resultados espectaculares. Tal como o ofício de jogador de xadrez, implica o planeamento meticuloso de jogadas, onde é preciso entrar com o ponto de vista e a imprevisibilidade do outro, para, no momento certo, desferir o xeque-mate certo, rigoroso e íntegro.

A busca da «verdade» (esse «erro à espera de vez», como lembra Virgílio Ferreira) depende, ainda, dos meios disponíveis. A receita mais óbvia para neutralizar uma redacção acrescenta a umas pitadas de «irreverência» e humor fácil, a vontade «assassina» de suplantar os concorrentes sem verdadeiro trabalho de terreno e a escassez de recursos logísticos e humanos. A tecnologização do jornalismo não produz quaisquer efeitos automáticos de acréscimo de conhecimento. Há um fosso substancial entre informação

e conhecimento. O jornalismo batalha diariamente para estreitar esse hiato cada vez maior.

A partir de dentro, da própria redacção da empresa onde trabalhou, Diana Andringa apresenta-nos uma etnografia de múltiplos ângulos — como a boa etnografia exige, exercitando a tensão de relacionar, interpretar e não sucumbir perante os «momentos». Os seus diários de campo merecem uma análise fina e demorada. Neles habita o olhar da jornalista-socióloga. Por essa ordem (primeiro e sempre jornalista; por vezes também socióloga), mas também na fecunda justaposição.

O seu estilo livre de escrita, em fuga face aos cânones académicos, nunca cede perante o facilitismo da argumentação. A autora é uma mulher que sabe tecer de forma exímia as teias que articulam e cruzam ciência, profissão e cidadania. Pegue em qualquer dessas perspectivas e dar-se-á o leitor por feliz.

*João Teixeira Lopes*

Para o jornalista, liberdade e responsabilidade são indivisíveis. A liberdade sem responsabilidade incita à distorção e a outros abusos. Mas na ausência da liberdade não pode haver qualquer exercício de responsabilidade. O conceito de liberdade com responsabilidade inclui necessariamente uma preocupação com a ética profissional, exigindo uma abordagem equitativa dos acontecimentos, situações ou processos, com a devida atenção aos seus diversos aspectos.

THE MACBRIDE REPORT (1980)

# APRESENTAÇÃO

Iniciei o meu percurso no jornalismo em 1965, na imprensa estudantil, no «boletim» da Pró-Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa, surgido na sequência das prisões verificadas na Universidade de Lisboa no dia 21 de Janeiro de 1965.

Recém-chegada à universidade, com 17 anos, pareceu-me insuportável que houvesse jovens presos apenas por defenderem uma linha política hostil ao regime vigente. Considerei que isso só era possível por a população, nomeadamente estudantil, ignorar esse facto.

Daí à ideia de um jornal que o revelasse foi um passo rapidamente dado, em colaboração com um colega mais velho, Omar Karin Ahmed, ele próprio acabado de sair da prisão. O estatuto era, naturalmente, militante, amador, e mesmo à beira da ilegalidade.

As inundações de Novembro de 1967 e a edição do jornal interassociativo *Solidariedade Estudantil* ditaram definitivamente o abandono da Medicina em prol do Jornalismo, que se viria a concretizar no ano seguinte, com a passagem ao jornalismo profissional, na revista *Vida Mundial* — aliás pela mão de um outro jornalista da imprensa estudantil, Ruben Tristão de Carvalho.

Não havendo, em Portugal, cursos superiores de Jornalismo, tive a oportunidade de frequentar, em 1968, um curso organizado pelo Sindicato dos Jornalistas, que há muito defendia a necessidade de formação na área.



Fiz assim parte da geração que, nos anos 60 do século passado, chegou aos *media* por via da anterior militância nas Associações de Estudantes e na imprensa estudantil<sup>1</sup>. Uma geração naturalmente inclinada a ver no jornalismo não apenas uma profissão, mas uma forma de intervenção cívica e, logo, para reconhecer a sua «responsabilidade social». Reconhecimento que a contínua pressão da Censura, consagrada pela Constituição de 1933, não fazia senão acentuar. O facto de grande parte daquilo que escrevíamos ser alvo de cortes totais ou parciais tornava evidente que o poder temia o jornalismo — e esse temor reforçava a consciência do poder de que, apesar de todos os constrangimentos, dispúnhamos.

Ao longo dos anos, fui aprendendo com muitos outros camaradas a tarimba da profissão que — com alguns interregnos por demissão, despedimento, desemprego ou prisão — exerci como trabalhadora por conta de outrem até 2001 e que é aquela de que sempre me reclamo. Confrontei-me, durante esse tempo, com questões que, obrigando-me a reflectir sobre o que fazia, nunca permitiram que o exercício do jornalismo se transformasse numa simples rotina, antes me desafiando a procurar respostas em leituras e exemplos internacionais.

Apercebendo-me, quando ocupava o cargo de presidente da direcção do Sindicato dos Jornalistas, de que esse era um problema comum a vários jornalistas da minha geração, propus, em Fevereiro de 1997, ao então ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, a possibilidade de regresso à universidade, com esse fim, de jornalistas com mais de dez anos de exercício da profissão mas sem licenciatura na área.

Essa proposta tinha, para mim, tanta mais razão de ser quanto alguns desses jornalistas eram convidados a dar aulas em instituições de ensino superior, o que levantava, junto dos respectivos conselhos científicos, o problema de não terem graus académicos

e, nos próprios, o receio de não estarem à altura do que lhes era pedido (era o meu caso).

Apesar da boa recepção do ministro, a proposta deparou com a oposição de universidades e institutos politécnicos — em alguns casos aqueles mesmos que nos convidavam como professores. A excepção veio do ISCTE que, em conjunto com a ESCS, propôs a frequência de uma pós-graduação em jornalismo aberta a esses não graduados.

Acabada essa pós-graduação, com resultados demonstrativos do empenho dos veteranos no regresso à universidade, voltou a surgir um impasse: o que tínhamos proposto era o acesso a mestrados, mas a lei não o permitia, exigindo expressamente uma licenciatura prévia. A solução foi a do grande salto em frente, já que o doutoramento não tinha a mesma exigência.

Valeu-nos de novo a ousadia do ISCTE que, assumindo a autonomia decisória da universidade, nos abriu as portas a um curso doutoral do Departamento de Sociologia. Nada mais apropriado para quem reconhecia a estreita ligação entre jornalismo e sociologia (o exemplo de Robert Ezra Park era-nos familiar) e, no meu caso, para quem sempre considerara a sociologia uma das melhores preparações para o exercício da profissão. Ao Departamento de Sociologia do ISCTE devo — com os camaradas que comigo embarcaram nesta aventura, que a maioria terminou já com sucesso — a possibilidade de ter adquirido novos instrumentos para a reflexão sobre a actividade que durante tantos anos desempenhei.

Como muitos outros candidatos à escrita de teses, lera Umberto Eco e tinha consciência dos riscos em trabalhar sobre um tema familiar. Mas se fora o desejo de reflectir sobre a experiência vivida que me levava à universidade, deveria fugir a esse propósito?

Tomei, pois, como tema de partida, a responsabilidade social e como, em diferentes épocas, esta se articulava com o conceito de profissionalismo. E dado ser possível indicar, em relação à RTP

— empresa em que trabalhara entre 1978 e 2001 — um momento de mudança, quer na informação produzida, quer nas exigências feitas aos jornalistas, pareceu-me adequado escolher, como objecto de estudo, os jornalistas do serviço público de televisão.

Jornalista na RTP desde 1979, Judite de Sousa reconhece perfeitamente esse momento de viragem: «É o aparecimento das televisões privadas que altera completamente o quadro em que nos movemos do ponto de vista profissional.»<sup>2</sup>

Alterações que criam novas exigências, com reflexos na responsabilidade social:

A própria tecnologia introduziu alterações no modo de fazer jornalismo. Exige-se ao jornalista rapidez, velocidade... [...] Nós temos de ser os primeiros a dar a notícia, não podemos ser os segundos, os terceiros. Temos de ser os primeiros. E, se formos os primeiros, isso pode significar algo de vantajoso para nós, na própria lógica interna da redacção. Se somos ultrapassados pela concorrência, podemos eventualmente ser repreendidos [...] E é neste ambiente competitivo que nós hoje vivemos: quem chega primeiro, quem emite primeiro, sem o tal tempo para pensarmos as coisas, para as digerirmos, muitas vezes para as confirmarmos.

Até porque, embora o facto de o Estado concessionar à RTP o serviço público de televisão obrigue esta a uma acrescida responsabilidade social, o duplo sistema de financiamento, obrigando-a a recorrer à publicidade, potencia o conflito entre responsabilidade e mercadorização. Conflito que se reflecte fortemente na informação e, especialmente, na redacção do Telejornal, já que o principal serviço noticioso da RTP<sup>1</sup> é tido, desde há muito, como uma âncora das audiências do canal.

Outra razão que me levou a optar pelos jornalistas da RTP foi a convicção de que os longos anos em que ali trabalhei me facilitariam a compreensão «genérica e genética» e «o conhecimento prático das condições sociais de que são produto», referidos por Bourdieu<sup>4</sup>.

Esperava assim poder contribuir para a reflexão, que tenho por indispensável, sobre os novos contextos em que se exerce o jornalismo em Portugal e a responsabilidade social que se exige aos seus profissionais, nomeadamente os do serviço público de televisão.

Tomei como hipótese a possibilidade de a passagem do regime de monopólio da RTP do final dos anos 70 ao contexto de concorrência em que se processa a sua actividade desde o aparecimento dos canais privados, em 1992, ter provocado alterações no *habitus* dos seus profissionais<sup>5</sup> e estabeleci algumas perguntas de partida: a) estando a RTP obrigada, por um lado, a fazer serviço público e, por outro, a garantir audiências — que não só atraíam investimento publicitário mas de algum modo legitimem a sua existência — ter-se-ia alterado a noção de responsabilidade social dos jornalistas da televisão pública? b) em caso afirmativo, em que sentido se dera essa alteração? c) ter-se-iam mantido, ou alterado, os constrangimentos à sua actividade? d) teriam, ou não, os jornalistas do serviço público de Televisão possibilidade de agir com responsabilidade social no quadro de concorrência com as estações privadas?

As respostas às perguntas que formulava exigiam o estabelecimento de uma estratégia metodológica que me permitisse identificar, descrever e compreender qual a linha editorial em vigor na direcção de informação da RTP e a forma como os jornalistas a aplicavam no seu dia-a-dia.

A consulta de documentos como a Constituição da República Portuguesa, o Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão ou o organograma da direcção de informação permitia-me estabelecer o quadro em que se movem os jornalistas da

RTP, mas seria manifestamente insuficiente para compreender a forma, muitas vezes inconsciente, como estes integram na sua conduta valores e modos de agir inculcados pela sua inserção na estrutura, bem como pela sua situação laboral<sup>6</sup>.

Segundo Soloski<sup>7</sup>, o facto de os jornalistas trabalharem muitas vezes fora da redacção e a velocidade necessária à produção e difusão de informação dificultam o controlo hierárquico do seu trabalho, confiando as organizações jornalísticas na interacção do profissionalismo com as políticas editoriais para garantir a conformidade da sua acção com as orientações da empresa.

Através da minha própria experiência, pudera observar como ambas se articulavam para que um jornalista, vindo de uma empresa com uma determinada linha editorial, se integrasse na orientação de uma outra empresa. Recordo, entre outras, uma discussão no *Diário de Lisboa* na breve fase em que ali estive como adjunta de Mário Mesquita, com o chefe de redacção, Acácio Barradas, vindo do *Diário Popular*, sobre a conformidade ou não com a linha do *Diário de Lisboa* de publicar na primeira página uma enorme fotografia de Tina Turner, que teria lugar garantido na primeira página do *Diário Popular*.

Conhecia, também, o subtil sistema de recompensa e punição usado para moldar os jornalistas que mostravam maior resistência a aceitar normas internas que entravam em conflito com a sua ética profissional.

A mudança da situação de monopólio para a de concorrência e a luta da RTP para travar a diminuição de audiências tinha, no entanto, provocado alterações na linha editorial e poderia tê-las provocado também nas formas de controlo e na cultura da redacção.

Analisando os assuntos que constituíram notícia no Telejornal de Fevereiro, Maio, Agosto e Dezembro de 1988 (87 noticiários, 43h46m50s) e dos mesmos meses em 1992 (84 noticiários, 47h05m11s) — ano da abertura do primeiro canal privado de tele-

visão, SIC — Felisbela Lopes verificou que o tempo concedido ao Estado no Telejornal diminuiu uma hora, enquanto o tempo dedicado às notícias de casos pessoais e da vida quotidiana aumentava de 15 e 30 minutos, respectivamente, para uma hora, e os tempos dedicados à contextualização das notícias sofriam uma quebra para cerca de metade<sup>8</sup>.

Tendo vivido no Telejornal, como jornalista, o período de competição entre os principais serviços de notícias dos dois canais da mesma empresa pública [Telejornal (RTP1) e Informação 2 (RTP2)] e testemunhado (embora com alguma distância, dado ter sido responsável apenas pela informação não-diária) numa fase posterior, a grande preocupação dos responsáveis do Telejornal com as audiências, devido à competição com o Jornal da Noite (SIC) e Jornal das 8 (TVI), pretendia verificar eventuais alterações na forma de pensar e agir dos jornalistas, ou seja, no *habitus*<sup>9</sup> e analisar uma potencial associação entre essas alterações e aquelas verificadas no principal noticiário da RTP.

Se a experiência de oito anos de Telejornal me permitia provavelmente apreender mais rapidamente as diferenças entre uma e outra época, já para apreender as formas de pensar das novas gerações de jornalistas parecia-me necessária uma observação prolongada no terreno que me permitisse ouvi-los, mas também ver e verificar a sua prática. Limitar-me a recolher as suas opiniões sobre o seu trabalho através da aplicação de um questionário correria o risco de enviesamento por um efeito de deseabilidade social que o facto de eu, investigadora, ser também jornalista e antiga dirigente sindical, poderia acentuar.

Sabendo, por experiência própria, a pertinência da frase de Bourdieu — «o jornalista é uma entidade abstracta, que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio»<sup>10</sup> — considere que a metodologia a escolher teria de possibilitar o estudo das disposições

dos jornalistas — o *habitus* — para compreender como se articula a individualidade de cada um com a estrutura organizacional, já que é dessa articulação que resulta o produto final.

De novo Bourdieu: «os homens e as mulheres têm a sua responsabilidade, mas são grandemente definidos, nas suas possibilidades e impossibilidades, pela estrutura em que estão colocados e pela posição que ocupam nessa estrutura.»<sup>11</sup>

Necessitava, pois, de uma metodologia que me permitisse aceder à posição e significações individuais, à forma como percebem o contexto em que trabalham e às eventuais influências desse meio na sua acção. Em suma, uma metodologia que me permitisse estudar «pessoas fazendo coisas juntas nos lugares onde essas coisas são feitas»<sup>12</sup>. O mesmo é dizer uma metodologia de tipo etnográfico.

Traquina refere, aliás, que muitos dos estudos sobre a produção noticiosa recorrem à abordagem etnometodológica e cita Schlesinger, que defende que essa abordagem «permite uma observação teoricamente mais informada sobre as ideologias e as verdadeiras práticas sociais que constituem a produção cultural»<sup>13</sup>.

Também Érik Neveu escreve que «compreender o trabalho dos jornalistas é, primeiro que tudo, vê-los em acção, nas salas e reuniões de redacção, nas entrevistas, na busca de imagens, na escolha das notícias de agência e comunicados»<sup>14</sup>.

A pesquisa qualitativa recorre a diversos materiais empíricos — observação, entrevistas, histórias de vida, casos de estudo — que descrevem quer rotinas, quer momentos problemáticos e significantes na vida dos indivíduos estudados.

Mas não apenas dos indivíduos estudados: «em muitas pesquisas qualitativas, o investigador é o primeiro instrumento de recolha de dados [...] Todo o investigador tem uma biografia que se torna um elemento e um aspecto da recolha e análise de dados.»<sup>15</sup>

Ao utilizar-se uma metodologia qualitativa é frequente não haver uma separação clara entre recolha e análise dos materiais: o

investigador analisa o material empírico à medida que o recolhe e parte daí para nova recolha, o que torna por vezes difícil estabelecer um plano prévio, anterior à ida para o terreno. A escolha dos métodos a empregar pode não ser feita *a priori*: a selecção dos procedimentos depende das questões levantadas e essas dependem do contexto<sup>16</sup>. A utilização de diversos métodos acrescenta rigor, profundidade e complexidade à investigação<sup>17</sup>.

Admitia, assim, que o período de observação viesse a revelar-me aspectos que me abriam novos caminhos de investigação e, também, que a minha própria experiência enquanto jornalista da RTP pudesse dar-me uma maior capacidade interpretativa do que observava, permitindo que, a qualquer momento, um aspecto observado me levasse a novos questionamentos e a novas observações.

Ao apresentar o meu projecto, tendo presente a existência de estudos anteriores sobre a informação produzida pela RTP — como os de Felisbela Lopes, Eduardo Cintra Torres e Nuno Brandão<sup>18</sup> —, considerei que importava analisar as condições de produção que determinavam esse produto final. No entanto, logo no início da minha observação entendi que, para a resposta às perguntas que formulara, era necessário estudar simultaneamente o *modus operandi* — as condições de produção — e o *opus operatum* — o produto final com que se defrontam os telespectadores<sup>19</sup>.

A análise do produto final visava também diminuir o risco de subjectividade. Tinha bem presentes os alertas de Eco quanto aos riscos de trabalhar sobre uma realidade que nos é próxima<sup>20</sup> e a advertência de Bourdieu de que «a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência»<sup>21</sup>.

Consciente da necessidade de «vigilância epistemológica», fui-me apercebendo ao longo do tempo de trabalho de que seria impossível abstrair-me da minha condição de antiga jornalista na RTP, já que os jornalistas que observava não o faziam, fosse quando

me explicavam as diferenças tecnológicas e organizativas introduzidas desde então, fosse quando discutíamos problemas éticos ou desabafavam sobre questões laborais — o que aliás se verificou de uma grande riqueza, já que nessas conversas informais, *off the record*, me surgiram pistas de observação que não teria logrado apreender pela simples observação ou mesmo pelas entrevistas semiestruturadas. Um caso exemplar foi a gestão da produtividade pelo gabinete de qualidade, revelada precisamente numa dessas conversas.

Optei, portanto, por tornar essa situação transparente, incorporando-a quer nas notas do Diário de Campo quer na escrita do relatório final, explicitando, a par da apresentação de resultados, os procedimentos seguidos.

Acredito que, fazendo-o, o facto de ser «*insider*», longe de ser um problema, pode tornar-se uma vantagem<sup>22</sup> e que a validade da pesquisa decorre dessa transparência e não de uma distanciação artificial (e inatingível) que fingisse ignorar que, em Ciências Humanas, nenhuma observação pode ser repetida, já que depende do olhar de quem observa e das circunstâncias, sempre mutáveis, em que decorre a observação. Até porque, lembra Bakhtine, «o objecto das ciências humanas é o ser expressivo e falante, [e] esse ser nunca coincide consigo mesmo, e é, portanto, inesgotável no seu sentido e no seu significado.» Nem que seja porque — ainda Bakhtine — «nenhum enunciado pode ser atribuído apenas ao locutor: é o produto da interacção dos interlocutores e, de forma mais ampla, o produto de toda essa situação social complexa, na qual surgiu.»<sup>23</sup>

Estaria, com essa reflexão, apenas a querer defender-me, tanto mais que tornara sempre claro que o que pretendia era usar os instrumentos da teoria para pensar sobre o que fora, afinal, a minha prática? Talvez. Mas não posso deixar de pensar que a reflexão sobre essa prática, ao longo dos 23 anos de exercício da profissão na RTP, expressa em programas, artigos ou intervenções e, finalmente, em trabalho académico, tem alguma semelhança com

uma investigação conduzida no modelo da «*grounded theory*»<sup>24</sup>, fundando a teoria nos dados recolhidos no terreno, partindo do terreno para a ele voltar com novas interrogações. Tal como o envolvimento em estruturas onde a prática do jornalismo e a produção noticiosa eram analisadas e discutidas se aproximava da «*participatory action research*» (investigação/acção)<sup>25</sup>, e a experiência recolhida ao longo dos anos de trabalho me permitia salientar as discrepâncias entre as prescrições normativas e a prática quotidiana, como o fizeram os investigadores da Escola de Antropologia Social de Manchester, aplicando a metodologia a que deram o nome de «*extended case method*»<sup>26</sup>.

Relendo, de novo, Bourdieu, admiti que o exercício da reflexividade e a informação sobre os métodos utilizados me permitia assumir-me como aquilo que realmente sou, em relação ao meu objecto de estudo: uma «*insider*». Mas não fora essa ligação entre «*insiders*» e «*outsiders*» uma mais-valia no trabalho efectuado no projecto Perfil do Jornalista<sup>27</sup>, nomeadamente permitindo que as entrevistas não-directivas efectuadas se transformassem em entrevistas interactivas<sup>28</sup>? Não instava Merton<sup>29</sup> à unidade de «*insiders*» e «*outsiders*» no domínio do conhecimento, explicando que, fazendo-o, tinham mais a ganhar do que a perder?

Acrescentei, pois, mais uma vertente à minha estratégia metodológica: a auto-etnografia, designação cunhada por David Hayano em relação aos estudos culturais levados a cabo por antropologistas entre «os seus», em que o investigador é um «*insider*», por ser «nativo», por ter adquirido relações de familiaridade com o grupo ou por este o ter aceiteado como membro<sup>30</sup>.

No momento da escrita atrevi-me a trazer para o texto acontecimentos e casos de estudo que pareciam estar fora da economia do texto mas que eram uma das razões desta investigação. Atrevi-me igualmente a recorrer a abordagens metodológicas em que não pensara antes de começar o trabalho no terreno.

- WOLTON, D. (1990), *Éloge du Grand Public — Une théorie critique de la télévision*, Paris: Champs, Flammarion.
- WOLTON, D. (2000), «Entrevista com Dominique Wolton», *Sinais do Tempo*, RTP2. [D. Andringa, Entrevistadora]
- ZELIZER, B. (2000), «Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa», *Jornalismo 2000*, *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27, R. D. Editores.

# FUNÇÃOÁRIOS DA VERDADE

foi composto em caracteres  
Hoefler Text e Steelfish,  
e impresso na Rainho&Neves,  
Artes Gráficas, em papel Coral  
Book de 80 gramas, no mês  
de Agosto de 2014.

